

ESCRITA E LIBERDADE NO PERÍODO COLONIAL: O CASO DA REVOLTA DOS LETRADOS (1794)

WRITING AND FREEDOM IN THE COLONIAL PERIOD:
THE CASE OF THE LITERACY REVOLT (1794)

André Moreno¹

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: Em busca de pistas que possam nos aproximar de uma história da cultura escrita no Brasil, este trabalho busca investigar, a partir de cenários sediciosos, e com base no método do cômputo de assinaturas e na análise das provas materiais apreendidas em *autos* de processos devassatórios jurídico-laicos de insurreição, a distribuição e o perfil social dos sujeitos que firmaram suas assinaturas no âmbito do *processo devassatório* da *Revolta dos Letrados* (1794), no Rio de Janeiro. As chamadas *devassas de insurreição* compõem uma importante fonte da história do Brasil, pois, tendo a finalidade de investigar o delito de *lesa-majestade*, imprimem em seu conteúdo aspectos relevantes da constituição sociológica do contexto em que estão sendo implantadas e isso as elege como fontes privilegiadas para as investigações que queiram se debruçar sobre esse tipo de investigação.

Palavras-Chave: História da Cultura Escrita; Difusão social da escrita no Brasil; Insurreições coloniais; Revolta dos Letrados.

¹ amoreno@uneb.br

Abstract: *In search of clues that can bring us closer to a history of written culture in Brazil, this work seeks to investigate, based on seditious scenarios, and based on the method of calculating signatures and analyzing the material evidence apprehended in legal proceedings of insurrection, the distribution process of the Literacy Revolt (1794), in Rio de Janeiro. The so-called insurgent crime of lèse-majesty, they imprint in their content relevant aspects of the sociological constitution of the context in which they are being implanted and this elects them as sources privileged for investigations that want to address this type of investigation.*

Keywords: *History of Written Culture; Social diffusion of writing in Brazil; Colonial revolts; Literacy Revolt (1794).*

INTRODUÇÃO

O campo *História da Cultura Escrita*, tendo como um de seus pilares a reconstrução das diferentes conexões entre as diversas materialidades do escrito, em busca de uma aproximação de seu significado global, está aberto a três direções, em que é a cultura escrita o objeto de uma *produção discursiva* relacionada com os valores que se lhe atribuem em cada momento da história e na qual as *práticas* se direcionam para os testemunhos específicos onde se expressam os usos e as funções atribuídas ao escrito e as *representações* constituem os distintos tipos de imagens que cada sociedade constrói a propósito dos temas e objetos do escrito (CASTILLO GÓMEZ, 2003: 107-113).

Sendo assim, para dar cabo de suas vertentes de investigação, precisamos nos valer de estudos fundamentalmente interdisciplinares, pois os elementos teórico-metodológicos que o compõem não estão definidos especificamente em uma ou outra disciplina científica. Isso ocorre porque, a depender dos objetivos do historiador da cultura escrita, os direcionamentos tomados para cada pesquisa irão definir o arcabouço que deverá ser utilizado para exaurir o objeto observado. Dessa forma, levando em conta os três direcionamentos apontados por Castillo Gómez (2003), é possível identificar basicamente dois domínios nos quais os objetos da *História da Cultura Escrita* se agrupam: o que se refere aos estudos sobre as suas funções sociais da escrita e o que se refere à sua difusão em coletividades historicamente determinadas.

Essa investigação se assenta sobre o domínio de sua difusão social, entendida genericamente, segundo Armando Petrucci (1999), como a pura e simples capacidade de escrever, inclusive em seu nível mais baixo, ou seja, como a porcentagem numérica dos indivíduos que em cada sociedade estão em condições de empregar ativamente os signos escritos. Desse modo, a assinatura, apesar de ser um referencial macroscópico e compósito, pode ser entendida como um indicador de índices de alfabetismo, pois, quando relacionada aos elementos sociológicos que caracterizam seus respectivos firmantes, oferece-nos um retrato parcial das esferas em avaliação, principalmente para períodos em que não há informações sobre esse aspecto (CHARTIER, 2004).

Contudo, Ana Maria Galvão (2010) relata-nos que não se tem notícias de fontes que possibilitem delinear quantitativamente a familiaridade dos sujeitos sociais com a escrita, a partir da distribuição da capacidade de assinar ou de não assinar, no Brasil. Segundo ela, não há arquivos e/ou acervos organizados que possam nos oferecer *corpora* viáveis para esse tipo de pesquisa. Ainda segundo ela, tais fontes geralmente estão dispersas por todo país e não nos fornecem as informações imprescindíveis para as investigações que enveredem pela difusão social da escrita.

É justamente por esse motivo que se tornaria quase impossível mensurar os índices de alfabetismo na história brasileira, para avaliar a difusão social da escrita, pelo menos da primeira metade do século XIX para trás. Mas, diferentemente de Galvão (2010), não consideramos a dispersão das fontes como um obstáculo para este tipo de pesquisa, porque, valendo-nos de estudos pontuais e localizados, a partir de acervos dispersos e fragmentados, que mais tarde comporão um aglomerado de “histórias parciais”, poderemos, sim, constituir uma aproximação da história da alfabetização do país com base nas capacidades de assinar ou de não assinar. Além do mais, sabemos que a dispersão e a fragmentação de acervos não é uma característica somente do Brasil.

Quanto à informação da pesquisadora de que as fontes não nos fornecem geralmente o tipo de informação necessária, trazemos à luz uma que pode preencher esta lacuna. Estamos falando das *devassas*. Elas se constituem de variados gêneros da esfera jurídica, acionando *autos de inquéritos*, que se valem de depoimentos de testemunhas e de acareações dos investigados, *pareceres e relatórios* de tributos gastos com o processo de *devassagem*, além dos *autos de sequestros de bens*, que revelam quais patrimônios os sujeitos processados detinham, desde propriedades até outros materiais correntes, como livros, materiais para a atividade ativa da escrita, roupas, dentre outros.

A instauração de uma *devassa* tem por finalidade investigar delitos que firmam os princípios legais que configurem uma determinada organização social. Ela, enquanto mais um elemento judiciário, imprime em seu conteúdo aspectos relevantes da constituição sociológica do contexto em que está sendo implantada. E é isso que a elege como uma fonte documental privilegiada para a história da alfabetização no Brasil, ou para a história da difusão social da escrita, pois, para além das características dos perfis sociais dos depoentes, nela se fazem presentes os seus registros de assinatura, demarcando aqueles que assinaram, a partir de firmas autógrafas, e aqueles que não assinaram, a partir de sinais gráficos que indicam sua inabilidade de executar alfabeticamente uma assinatura.

Assim sendo, no Brasil, muitas foram as *devassagens* no período colonial e pós-colonial, que brotavam dos mais variados contextos, desde os mais pontuais e localizados até os mais globais, como possíveis sedições e movimentos separatistas, a exemplo da *Inconfidência Mineira* (1789), nas Minas Gerais, da *Revolta dos Letrados* (1794), no Rio de Janeiro, e da *Conspiração dos Alfaiates* (1798), na Bahia. O que parece ficar claro, então, é que, mesmo dispersas por todo território, as *devassas* são uma importante fonte documental para as investigações da história da difusão social da escrita, pois, a partir do método do cômputo de assinaturas e das descrições sociológicas que os escrivães nos deixaram,

poderemos delimitar os perfis dos sujeitos envolvidos nessas sindicâncias, construindo histórias parciais de cada contexto específico da difusão da escrita no país, em suas fases colonial e imperial, em que se fizeram presentes esse tipo de procedimento jurídico.

Aqui, o nosso foco será analisar os perfis sociológicos dos envolvidos no processo devassatório da *Revolta dos Letrados* (1794), ocorrida no Rio de Janeiro.

1 A REVOLTA DOS LETRADOS (1794) EM LETRAS E NÚMEROS

O processo que investigou a *Revolta dos Letrados*, ocorrida em 1794, no Rio de Janeiro, marcou a continuidade da repressão política, e conseqüentemente ideológica, dos movimentos sediciosos do Brasil colonial, pois, ainda naquele momento, estava aberta a ferida do horror da coação da Coroa sobre os inconfidentes mineiros, que violentamente condenou um homem à morte, esquartejando-o e expondo-o em praça pública como forma de exemplo para outros que quisessem se insurgir contra Sua Majestade. Uma mera desconfiança poderia se tornar um processo doloroso e humilhante, porque ainda havia, em terras brasílicas, um espírito de total vigilância por parte da administração real, que tentava conter a crise que assolava a Colônia.

Direcionando-nos para o Rio de Janeiro, que tinha, naquele momento, em 1763, sido instituída recentemente capital do governo do Brasil, já que essa cidade estava localizada num ponto estratégico de escoamento portuário para o minério de ouro – que vinha sendo extraído da região das Minas Gerais –, sabemos que o surgimento dessa nova zona política e comercial reconfigurou o perfil sociológico daquela região. Assim, o Rio de Janeiro passa a ter uma realidade urbana mais evidente, pois, além daqueles que se deslocaram para lá acompanhando a administração real, muitos europeus, fundamentalmente portugueses, quando por aqui chegaram, direcionavam-se, se não para as Minas Gerais, justamente para o Rio de Janeiro, por ser este o local onde estava localizado o governo central

da Coroa no Brasil e, também, porque lá estava um dos principais pontos de negociação comercial do minério dourado. Como nos diz Lucas (2002), a atividade mineradora contribuiu fortemente para a mobilidade social, fato este que colaborou para a migração de indivíduos para núcleos urbanos.

É nesta conjuntura aurífera que nasce Manuel Inácio da Silva Alvarenga, em 1749. Oriundo de Vila Rica, filho do músico Inácio da Silva Alvarenga, era um homem mestiço, proveniente das camadas mais baixas da população mineira. Aos 19 anos de idade, muda-se para o Rio de Janeiro, onde fez os estudos preparatórios e, quando já tinha completado 21, vai para Portugal e ingressa na Universidade de Coimbra, local onde conheceu Basílio da Gama e Alvarenga Peixoto. Em meio a esse contexto, esse homem de origem humilde viveu uma intensa atividade intelectual, que colaborou definitivamente para a apreensão de ideias que vinham se espalhando pela Europa. Finalizando seu curso superior em 1776, formando-se em *Cânones*, retornou para o Brasil um ano depois, tendo como companhia de viagem o irmão de Basílio da Gama, o Padre Antônio Caetano de Villas Boa (LUCAS, 2002).

Segundo Fábio Lucas (2002, p. 20),

É nesse quadro que Silva Alvarenga desenvolveu seu poder de artesão da poesia e as qualidades de mestre e difusor de idéias. Instalado no Rio, abre em 1782 curso de Retórica e de Poética. Tornou-se influente preparador de gerações (alguns de seus discípulos participavam ativamente no processo da independência do Brasil), membro da Sociedade Científica do Rio de Janeiro (sob o governo do marquês do Lavradio, protetor das ciências e das artes). A posse do marquês de Lavradio deu-se a 4 de novembro de 1769, tendo exercido o cargo até 5 de abril de 1779, quando, então, extinguiu-se a Sociedade Científica. Outro mecenas de Silva Alvarenga foi Luís de Vasconcelos e Souza, que lhe deu a cadeira de professor régio de Retórica e Poética, aberta com o primeiro curso em agosto de 1782.

Como é possível notar, após ter chegado ao Brasil, Silva Alvarenga teve uma forte atuação na formação de diversos indivíduos, contribuindo extremamente para a constituição de uma nova elite intelectual na capital da

Colônia. Foi nesse movimento formador que ele resolveu fundar a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em 1786, instituição que representou sua glória e sua condenação, pois, com a denúncia de que essa organização tratava de assuntos “proibidos”, que atingiam fortemente a soberania de Portugal, ele foi forçado a fechá-la, sendo prontamente processado pela administração real. Como nos diz Lucas (2002, p. 20),

O conde de Resende, espírito suspicaz e mofino, diante de denúncias de um frei Raimundo e do rábula José Bernardo da Silveira Frade, mandou processá-lo e prender os sócios da referida sociedade. Silva Alvarenga permaneceu no cárcere por dois anos e oito meses, sujeito a rigorosa e humilhante devassa, confiada pelo vice-rei ao juiz Antônio Diniz da Cruz e Silva, que já servira na devassa da Inconfidência Mineira. “Nove vezes pelo espaço de dois meses e 10 dias, desde 4 de julho até 14 de setembro de 1795, foi o infeliz Manoel Inácio da Silva Alvarenga sujeito a interrogatórios e acareações de um processo monstruoso”, informa Joaquim Norberto de Sousa [...].

As denúncias partiram de dois sujeitos, como anunciado por Lucas (2002). O primeiro deles foi o frade franciscano Raimundo, o qual foi alvo de uma centena de sonetos satíricos escritos por Alvarenga. Sendo um dos maiores inimigos da Sociedade Literária, segundo Joaquim Norberto², denunciou-a ao vice-rei, afirmando que, naquela organização, homens zombavam da religião e aclamavam a “democracia”. O outro denunciante foi o rábula José Bernardo da Silveira Frade, que também tinha desafetos com Alvarenga. Após investigar intensamente sua intimidade, preparou uma assombrosa denúncia, com o intuito claro de prejudicá-lo, pois, na conjuntura em que viviam, quaisquer indícios de insurreição eram tratados como crimes terríveis, principalmente levando em conta o que ocorrera com Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Diante dessa situação, o conde de Resende acolheu tais denúncias, avaliando os enredos que

² Referência utilizada por Lucas (2002) para apontar as obras satíricas de Silva Alvarenga, a saber: SOUSA, Joaquim Norberto de. Obras poéticas de Manoel Inácio da Silva Alvarenga, vol. 1, p. 56.

difundiam que a Sociedade não passava de um “clube de jacobinos” que abordava sigilosamente aspectos políticos e ideológicos extremamente condenáveis pela Corte (LUCAS, 2002).

Com base no sequestro de seus bens, quando foram analisados livros e gazetas que estavam sob sua posse, é possível admitir que

[...] Silva Alvarenga ministrava ensinamentos contrários ao poder monárquico, pois devia ter os olhos fitos na independência da pátria, enquanto explicava lições de Quintiliano. Na versão de Joaquim Norberto, Silva Alvarenga mostrava ao povo escravo que cabeças eram decepadas, homens eram desterrados, mas vigoravam as idéias emancipadoras da humildade [...] (LUCAS, 2002: 21).

Quando Alvarenga e outros membros se reuniam na sede da Sociedade, uma casa de dois andares localizada na Rua do Cano, eles arquitetavam uma organização de estudos que viabilizasse o acesso a obras que tratassem, além de tantos outros assuntos, de temas que circulavam pela Europa e que estavam censurados pela Coroa. Conservando uma das melhores bibliotecas do Rio de Janeiro naquele momento, o fundador da Sociedade Literária possuía diversos títulos proibidos, por isso, no estatuto da instituição, exigia-se postura adequada em relação à manutenção do sigilo sobre o que era lido e discutido (LUCAS, 2002).

Segundo os artigos que compõem o estatuto dessa instituição, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro era extremamente organizada e pautava-se na formação intelectual de seus membros. Tendo o sigilo como primazia para a manutenção e para a aceitação de novos sócios, essa instituição tinha o universo da leitura e da escrita como eixo fundamental de sua atuação, cujos livros e manuscritos eram compartilhados, lidos e debatidos em sessões plenárias, elaboradamente arquitetadas. Sendo assim, pelo que ficou claro para a historiografia, essa instituição não representou, do ponto de vista objetivo, um movimento de insurreição. Na realidade, o que desencadeou seu fim foram a

circulação e o debate de questões que vinham sendo desencorajadas e reprimidas desde a eclosão do processo da *Inconfidência Mineira*. Se, em algum momento, é admissível falar de algum movimento sedicioso quando tratamos da Sociedade Literária, este recai sobre a ideia de que a leitura e a escrita, como instâncias formadoras e consolidadoras de ideologia, se tornaram personagens de insurgência de uma organização que se predispôs a debater informações censuradas que por aqui chegavam através do universo cultural da própria escrita.

Como é possível notar nos artigos 24 e 31 do referido estatuto, o agrupamento de indivíduos nessa Sociedade tinha como objetivo principal compartilhar as “luzes” científicas que vigoravam na época, pautando questões de interesse geral a todos os membros, porém, havia aspectos de cunho individual, que, quando fossem anunciados como interesse de um ou outro sócio, deveriam ser tratados individualmente por estes durante as sessões ordinárias da instituição. Para além disso, especificamente no artigo 31, anuncia-se que serão proibidos assuntos que estejam relacionados com a realidade política vigente por serem matérias governamentais, e que não tinham nenhuma relação com os objetivos dessa organização. E, caso houvesse alguma discussão desse tipo, as questões levantadas deveriam se pautar numa postura adequada, que levasse em conta o lugar de súditos da Coroa portuguesa, para que não acarretasse prejuízo a nenhum membro, pois a “obrigação” da Sociedade era “iluminar” os deveres de vassalo de cada sócio.

Diante dessas orientações estatutárias, num primeiro momento, percebemos que não haveria motivações concretas para entendermos a Sociedade Literária do Rio de Janeiro como um ambiente propagador de ideias contrárias ao regime político estabelecido. Contudo, se atentarmos, por exemplo, para os vocábulos “luzes” e “iluminar”, é possível interpretar que possivelmente a concepção filosófica iluminista de origem francesa estaria sob o pano de fundo

da postura ideológica pregada nessa instituição, pois, ao observamos esse estatuto mais atentamente, o principal interesse da Sociedade não era somente discutir temáticas diversas por simples diletantismo intelectual, mas, na realidade, formar criticamente sujeitos em matérias de cunho social, científico e filosófico. Sendo este o objetivo fulcral das “luzes” francesas, ou seja, iluminar os homens para o universo da ciência e da filosofia, essa instituição estava, mesmo que timidamente, dentro desse contexto iluminista. Talvez por isso, em conversas e discussões secretas, elementos de tal universo foram trazidos à baila e causaram, como era de se esperar, algum receio por parte de seus membros, principalmente levando em conta o que ocorrera com a decapitação de Tiradentes no processo da *Inconfidência Mineira*.

Além disso, a postura tomada por Alvarenga, ao compor versos satíricos sobre algumas personalidades da época, também contribuiu para a instauração da *devassa* que investigou a Sociedade, culminando num processo que, partindo de um conjunto de difamações que incomodaram alguns, alcançou os trâmites da própria instituição, fazendo com que os responsáveis pela investigação, com base nas denúncias realizadas, entendessem que essa organização estava cometendo secretamente o crime de *lesa-majestade*, quando possivelmente discutia assuntos terminantemente proibidos pela Coroa. Foi justamente com base nos dizeres dos denunciantes e nos arrolamentos testemunhais realizados que se percebeu que elementos de francesia eram debatidos durante as reuniões. Apesar de se notar que não havia necessariamente uma formação de insurgência, a ferida aberta da *Inconfidência Mineira*, como já dito, e o clima policialesco que se instalou após o julgamento e o cumprimento da sentença de tal processo contribuíram diretamente para a abertura da devassa da chamada *Revolta dos Letrados*.

Diante da realidade de uma Sociedade Literária colonial, espera-se que o perfil sociológico de seus membros seja homogêneo e marcadamente elitista.

Contudo, como já foi possível notar, o principal articulador, e que também é fundador desta instituição, era um mestiço de origem humilde, que, após formar-se em Coimbra, faz do desenvolvimento intelectual de outros seu labor. Diante disso, quais seriam os perfis dos envolvidos, direta e indiretamente, na investigação da “sedição das letras”?

1.1 Descrição dos dados

Com base nos *autos* processuais da *Revolta dos Letrados*, foram arrolados 80 indivíduos. Como era de se esperar para um movimento que tem como alcunha “A Revolta dos Letrados”, todos os envolvidos manuscreeveram suas firmas durante a investigação. Mas quem são esses sujeitos que, nos finais do século XVIII, se organizaram para discutir, dentre outras coisas, assuntos censurados pelo Reino português? Vejamos:

1.1.1 Repartição por sexo

Dos 80 envolvidos no processo da sedição carioca, a quase totalidade dos indivíduos é constituída de homens, havendo somente uma mulher identificada. Esse dado pode representar uma constante, que também pode ser observada para o caso da *Inconfidência Mineira* e para o caso da *Conspiração dos Alfaiates*: proporcionalmente, as mulheres aparecem em um número muito menor quando o comparamos com o quantitativo de homens que testemunharam durante as atividades processuais das *devassas* (MORENO, 2019). Levando em consideração que os *autos* da *Revolta dos Letrados* apresentam um número muito menor de sujeitos, a presença de somente uma mulher, apesar de ser um dado extremamente mínimo, revela-nos que estas não estavam fora do universo das sedições. Assim sendo, os percentuais que retratam a repartição por sexo refletem

essa realidade, na qual temos 79 homens, representando 98.75% da amostra, e uma mulher, representando um percentual de 1.25%.

Quem é a única mulher que aparece como testemunha dos *autos* do movimento carioca? Vejamos. Inácia de Moura tinha 50 anos de idade e era natural da freguesia de Taipu, termo da cidade do Rio de Janeiro. E era casada com Brás Fernandes, português, natural da Comarca de Viana, que tinha 60 anos de idade e que vivia do ofício de penteiro na cidade capital da Colônia. Por ser esposa de um dos testemunhantes da insurreição carioca, foi convocada a depor, com o objetivo de “contribuir” com o levantamento de provas contra os integrantes da Sociedade Literária. Depôs nos *autos* dessa investigação logo após seu marido, respondendo a questões que pautavam a fala de um determinado indivíduo, chamado de João – um sapateiro que residia naquela cidade –, que, numa conversa com Brás Fernandes, a qual ela testemunhara, proferiu palavras que indicavam um ideal de libertação da Colônia, quando disse, ao ver duas crianças, que estas seriam as “donas” da terra do Brasil. Portanto, Inácia de Moura, por ter presenciado tal fato, que foi relatado pelo seu marido aos notários, também se tornou testemunha do referido processo, aparecendo, por isso, nos autos da *Revolta dos Letrados*.

1.1.2 Repartição por cor

Sobre a cor dos homens envolvidos na insurreição carioca, temos os seguintes dados:

Tabela 1: Repartição por cor

Cor	
Não identificada	78 (97.5%)
Parda	1 (2.5%)
Total	79 (100%)

Como é possível notar, entre os 79 homens envolvidos, somente um teve sua cor explicitada, representando um percentual mínimo de 2.5%. Este era Estácio Gomes de Carvalho, natural do Brasil, solteiro, de 41 anos, que vivia do ofício de alfaiate. Já 97.5% dos homens que não tiveram sua cor identificada, por ser esta a realidade não marcada socialmente, poderiam ser classificados como brancos, porém, temos uma questão que problematiza tal consideração. Como foi apontado por Lucas (2002), Silva Alvarenga, fundador e principal articulador da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, era um homem mestiço, sendo, obviamente, não branco. A pergunta que emerge, diante do apagamento desse dado durante o processo, é por que sua condição de mestiço não foi demarcada?

Para nós, a condição de mestiço não é uma questão que recai somente sobre o fenótipo dos indivíduos, mas fundamentalmente sobre seu perfil sociológico, pois, como apontou Darcy Ribeiro (1995), os chamados “brancos” brasileiros não necessariamente eram filhos de europeus que para cá migraram, mas, sim, em sua grande maioria, homens e mulheres mestiços que, afastados da lógica escravocrata, estavam inseridos em contextos privilegiados da sociedade, marcadamente dominados por brancos. Sendo assim, mesmo sendo mamelucos ou pardos, por exemplo, estes poderiam ser identificados como brancos, devido à sua condição e posição na sociedade colonial. Além disso, mesmo tendo sua cor explicitada, os pardos aproximam-se da realidade, no que diz respeito aos dados observados por Moreno (2019), por exemplo, conferida aos sujeitos apontados como brancos, pois essa categoria apresenta um percentual de assinantes muito próximo do que foi observado para estes, no que diz respeito às conjunturas da *Inconfidência Mineira* e da *Conspiração dos Alfaiates*. Ou seja, é possível dizer que, quando a cor não é explicitada nos *autos*, o indivíduo é considerado um sujeito que está no rol dos privilegiados socialmente, tanto econômica, quanto politicamente.

Contudo, é extremamente relevante apontar que o detentor de uma das das melhores bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro, fundador e articulador de uma sociedade literária, e, também, formador de muitos intelectuais do período, era um homem mestiço, que poderia ser identificado como pardo, mas que não o foi. Isso poderia ter acontecido por causa justamente de sua posição perante a sociedade da capital da Colônia, que o via como um homem que carregava a estirpe, mesmo que simbólica, do universo dos brancos, por ter estudado na metrópole e por ser um professor e intelectual muito atuante. Então, como lidar com essa questão? Nós, quando foi possível identificar a ascendência dos indivíduos, explicitamos sua cor, contudo, quando isso não foi possível, seguimos a lógica da realidade não marcada, que marca indivíduos como brancos por estarem inseridos nos contextos privilegiados socialmente demarcados. Mas não é, obviamente, uma questão simples de avaliar.

1.1.3 *Repartição por estatuto social*

Em relação à repartição por estatuto social, não tivemos nenhum dado consistente, pois os notários não explicitaram, de todos os envolvidos nesse processo devassatório, as condições de livres, forros ou escravizados. Tal aspecto nos permite interpretar que provavelmente todos estes seriam homens livres, por ser esta uma realidade que, não marcada socialmente, indicava se tratar de sujeitos que não estavam relacionados com a lógica escravocrata, que necessariamente definia agentes de camadas sociais mais baixas da sociedade, além de evidenciar, se escravizados, a pertença a outrem, que os colocava numa condição passiva diante dos procedimentos jurídicos da administração. Sendo assim, quando chamados a depor, teriam a companhia de seus donos, fato este que não foi identificado nos *autos*, contribuindo para a interpretação de que não houve nenhum escravizado no processo em questão.

Além disso, esse dado reflete o próprio perfil sociológico dos envolvidos na insurreição carioca, pois o objeto investigado trata de uma sociedade cujo estatuto exigia que seus sócios tivessem pleno conhecimento da leitura e da escrita, apontando, inclusive, que, caso algum texto produzido apresentasse “problemas” linguísticos, que o afastariam da tradição normativa portuguesa, passasse por uma revisão. Pelo que Moreno (2019) viu para a *Conspiração dos Alfaiates* e para a *Inconfidência Mineira*, a condição de escravizado não era favorável, apesar de termos dados que indicam que alguns destes assinaram seus testemunhos, como, por exemplo, africanos e descendentes de africanos de primeira geração. Porém, quando estes eram demarcados como pardos, os percentuais de assinantes relativamente se elevavam, contudo, não indicavam uma realidade majoritária entre os não brancos escravizados, ou seja, esse contingente tem uma realidade diferente da que pode ser observada para outras categorias de cor. Além disso, como apontado, a assinatura é um dado composto e macroscópico, que não nos revela diretamente se tais indivíduos eram plenamente alfabetizados e se faziam da leitura e da escrita uma atividade constante.

1.1.4 *Repartição por estatuto civil*

Sobre o estatuto civil dos envolvidos na *Revolta dos Letrados*, é possível identificar uma realidade bastante diversificada. Entre estes, temos 46.8% de indivíduos apontados como casados, 34.2% como solteiros e 12.7% como viúvos, não havendo a identificação de somente 05 sujeitos. Vejamos:

Tabela 2: Repartição por estatuto civil

Estatuto Civil	
Solteiro	27 (34.2%)
Casado	37 (46.8%)
Viúvo	10 (12.7%)
Não identificado	5 (6.3%)
Total	79 (100%)

Como já apontamos, como todos os envolvidos neste processo assinaram seus testemunhos, não é possível fazer conjecturas que poderiam apontar condicionantes favoráveis, ou desfavoráveis, que indicariam em quais contextos temos mais ou menos assinantes, no que diz respeito a seu estatuto civil. O que é possível notar claramente é que a maioria dos testemunhantes são casados, mas isso não quer dizer que estes teriam maiores condições para se inserirem no universo da escrita, pois, na realidade, o processo reuniu, durante a investigação, mais indivíduos casados do que solteiros.

Um fato que pode ganhar destaque neste caso seria o estatuto civil de Inácia de Moura, a única mulher que depôs nos *autos* desse processo. Talvez, a condição de casada poderia ter contribuído para esta aprender minimamente a assinar seu nome, levando em consideração que seu marido também assinou seu testemunho, fato que pode indicar que ele estava inserido, mesmo que elementarmente, no universo da escrita, podendo Brás Fernandes ter colaborado para que ela pudesse se alfabetizar, expondo-a paulatinamente aos elementos do código escrito. Contudo, essa conjectura é extremamente frágil diante de tão poucos dados.

1.1.5 Repartição por faixa etária

Em relação à repartição por faixa etária, a maioria dos homens que se fizeram presentes nos *autos* da *Revolta dos Letrados*, têm mais de 30 anos, os quais

compõem a Faixa II de nossa investigação, com um percentual de 89.9%. Somente oito indivíduos foram identificados com idades menores que esta, constituindo somente um percentual de 10.1 % de integrantes agrupados na Faixa I. Até mesmo a única mulher que está arrolada no processo também ajunta-se aos dados da Faixa II, pois possui idade superior a 30 anos.

Diante desses dados, que podem ser visualizados na tabela a seguir, não é possível tecer conjecturas convincentes sobre o fato de ser a faixa etária um elemento preponderante para a mensuração da difusão social da escrita na conjuntura da insurreição carioca, pois todos os sujeitos que testemunharam firmaram seus depoimentos. Além disso, por mais que tenhamos um maior contingente de mais velhos, não é factível conjecturar que são estes os que estão mais inseridos no universo da cultura escrita, a não ser pela ideia de que, no seio da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, a grande maioria dos associados não são homens jovens. Contudo, o que chama a nossa atenção é a constante que se apresenta tanto para *Revolta dos Letrados*, quanto para a *Inconfidência Mineira*, ambas constituídas majoritariamente por homens e mulheres com mais de 30 anos, além da *Conspiração dos Alfaiates*, que, apesar de ter a maioria de mais velhos, possui também um grande contingente de jovens (MORENO, 2019). Seriam os indivíduos da Faixa II mais propensos a se organizarem em insurreições, por representarem um contingente populacional heterogêneo, que estava interessado em transformações sociais que colaborassem para a mobilidade social e/ou para o favorecimento de setores econômicos da elite, severamente atingidos pela carga tributária do governo português? Esta é uma pergunta que deixamos em aberto por enquanto.

Tabela 3: Repartição por Faixa Etária

Faixa Etária	
Faixa Etária I	8 (10.1%)
Faixa Etária II	71 (89.9%)
Total	79 (100%)

1.1.6 Repartição por estatuto sócio-ocupacional

Em relação à categoria sócio-ocupacional dos envolvidos no processo da insurreição carioca, encontramos dados bastante intrigantes. Os 80 homens que são expressados nos *autos* processuais dessa sedição estão distribuídos por todas as categorias com as quais estamos trabalhando aqui, levando em conta o que nos propôs Moreno (2019), havendo somente um indivíduo que não teve sua condição ocupacional explicitada. Vejamos:

Tabela 4: Repartição por estatuto sócio-ocupacional

Estatuto sócio-ocupacional	
Categoria 1	13 (16.4%)
Categoria 2	32 (40.5%)
Categoria 3	32 (40.5%)
Categoria 4	1 (1.3%)
Não identificada	1 (1.3%)
Total	79 (100%)

Como podemos observar, somente 16.4% dos homens são apontados como pertencentes à categoria 1 (composta por altos funcionários da administração real, por militares de patente, pelo alto clero, por grandes negociantes e/ou por grandes proprietários rurais), estando a grande maioria dos sujeitos distribuídos entre as categorias 2 (composta por funcionários médios da administração real, por militares inferiores, pelo clero, por comerciantes, por profissionais liberais nobres, por mestres de ofícios e artes mecânicas, por oficiais de ofícios nobres,

por homens que viviam de rendas e/ou por proprietários rurais médios) e 3 (composta por composta por funcionários subalternos da administração real, por militares de tropa, por profissionais liberais secundários e/ou oficiais mecânicos) com um percentual de 40.5% cada uma. Além disso, apesar de não termos escravizados envolvidos nesse processo, pudemos encontrar um indivíduo que foi acoplado na categoria 4 (composta por escravos, mendigos, vagabundos) por, como anunciado nos *autos*, depender financeiramente de seu irmão, apesar de ter já 41 anos de idade.

Com base nesses números, é possível dizer que, contrariamente ao que se esperava, a grande maioria dos envolvidos nesse *processo devassatório* é composta por homens das camadas intermediárias e baixas da sociedade colonial, constituindo uma realidade de análise bastante intrigante. Esperava-se, diante de uma Sociedade Literária, que tinha como objetivo formar intelectuais a partir da leitura e do debate de diversas obras, um universo constituído por homens da elite colonial, contudo, como vimos, os dados apontam que estes eram minoria entre os que foram processados. Como explicar isso?

Para nós, as organizações que pautavam discussões contrárias à lógica de dominação Colonial, com base em referenciais censurados de cunho iluminista, como vimos para os três casos aqui analisados, agrupam indivíduos de diversas matizes, principalmente os que estavam nas camadas baixas e intermediárias da sociedade, pois, com o intuito de ascenderem socioeconomicamente, viam nas novas ideias que circulavam na época uma forma de se organizarem para atingir esse fim. Como nos disse Lucas (2002), os centros urbanos, diferentemente das zonas rurais, contribuía para a mobilidade social e isso foi um mote para que a possível insurreição aqui analisada pudesse se formar, porque, como foi possível notar, todas elas constituíram-se em aglomerados populacionais citadinos. Dessa maneira, é possível dizer que os maiores interessados em mudanças na administração colonial e na condição sociológica dos colonos eram homens e

mulheres que queriam abandonar a condição de desprivilegiados que se encontravam, com o intuito de atingirem camadas sociais mais altas. Já a pequena parcela da elite que se envolvia em tais movimentos tinha objetivos um pouco diferentes, já que viam nesses movimentos uma forma de afastar-se da pesada carga tributária que vinham pagando para os cofres da Coroa, podendo, sem estes, enriquecerem ainda mais. Ou seja, apesar de haver interesses diferentes, as insurreições formaram-se contra a lógica que vinha sendo desenvolvida até então e tinham nas camadas sociais inferiores os pilares que as sustentariam, pois os homens da elite precisavam destes para compor tais movimentos.

Além disso, o perfil de letrado nem sempre está diretamente relacionado à elite colonial, como pudemos observar, e isso revela-nos uma realidade bem interessante, porque, apesar de não estar no universo da elite, Alvarenga fez da formação intelectual uma propriedade de ascensão social, colaborando para que outros homens pudessem acessar os elementos discutidos nas Universidades europeias.

O rol das profissões arroladas e a composição classificatória das categorias da variável estatuto social foram constituídas por Moreno (2019), em sua Tese de Doutorado e estão disponíveis para consulta.

Assim sendo, diante do quadro de tais profissões, é possível identificar, entre os indivíduos que prestaram depoimento para o processo da *Revolta dos Letrados*, um professor de primeiras letras, um professor de retórica e um professor de língua francesa. Vejamos:

Quadro 1: Ocupação de docente

Nome	Origem	Est. Social	Est. Civil	Profissão	Idade	Logradouro
Manuel Ferreira de Almeida	Natural de Lisboa	Não explicitado	Casado	Vive de ser professor de primeiras letras	41 anos	Assistente nesta cidade, morador na rua do Cano

Quadro 2: Ocupação de docente

Nome	Origem	Est. Social	Est. Civil	Profissão	Idade	Logradouro
João de Sezarão	Natural de Angers, no reino da França	Não explicitado	Não identificado	Vive a ensinar a língua francesa	46 anos	Assistente nesta cidade, morador na rua do Cano

Quadro 3: Ocupação de docente

Nome	Origem	Est. Social	Est. Civil	Profissão	Idade	Logradouro
Manuel Inácio da Silva Avarenga	natural de Vila Rica	Não explicitado	Solteiro	advogado e professor de Retórica nesta cidade	46 anos	_____

Entre os três professores o próprio Alvarenga, único brasileiro entre estes, o fundador e articulador da Sociedade Literária, que, na época do processo, estava com 46 anos. Além de atuar como professor de retórica, recebendo vencimentos da Coroa por ocupar tal cadeira de ensino leigo, atuava como advogado, provavelmente por causa de sua formação em Coimbra. Além dele, temos o francês João de Sezarão, que vivia de ensinar a língua francesa na cidade do Rio de Janeiro, e o português Manuel Ferreira de Almeida, que era professor de uma das cadeiras de primeiras letras da capital da Colônia.

A presença de três professores nesse processo, além de indicar o perfil de letrados, revela-nos que os profissionais de ensino também se fizeram presentes nesse movimento, podendo, inclusive, conjecturalmente, ter contribuído para a difusão da escrita e da leitura entre os envolvidos na insurreição carioca, ensinando, para aqueles que tinham nenhum ou pouco conhecimento do universo cultural da escrita, as primeiras letras em português, e também em francês, se fosse o caso, com o intuito de facilitar o seu acesso aos conteúdos lidos e debatidos na Sociedade. Assim, se o indivíduo quisesse adentrar na instituição

e tivesse um conhecimento sobre a escrita que não fosse adequado para seus trâmites, mas que representasse um interesse para esta, tais professores poderiam colaborar para sua plena alfabetização, para, dessa maneira, dar o suporte necessário para o indivíduo se associar a ela. Contudo, não podemos deixar de pontuar que tal afirmativa é apenas uma hipótese, que pode contribuir para entendermos o funcionamento dessa Sociedade Literária.

Para além da repartição sócio-ocupacional, como veremos a seguir, a maioria dos envolvidos na insurreição carioca era oriunda de Portugal e isso pode revelar uma outra questão: era esperado, para os portugueses, mesmo estando nas categorias intermediárias e baixas da sociedade, que fossem plenos conhecedores do universo cultural da escrita? Observemos.

1.1.7 *Repartição por origem*

Sobre a origem dos envolvidos, direta ou indiretamente, na insurreição carioca, encontramos dados muito intrigantes. Dos 79 homens que depuseram, 62% são estrangeiros e 36.7% são brasileiros, havendo somente um indivíduo que não teve sua naturalidade explicitada, como é possível observar na tabela abaixo:

Tabela 5: Repartição por Origem

Origem	
Brasileiros	29 (36.7%)
Estrangeiros	49 (62%)
Não identificada	1 (1.3%)
Total	79 (100%)

Diante desses números, é possível dizer que o processo da *Revolta dos Letrados* agrupou um contingente de maioria não brasileira, que provavelmente também faz parte da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, excetuando-se aqueles que foram convocados para prestar esclarecimentos e não estavam

diretamente envolvidos com a instituição. A questão que surge ante esse dado é a seguinte: era esperado, para o perfil de um letrado em finais do período colonial, ser estrangeiro, mais especificamente português? Pelo que vimos, tal pergunta ganha contornos negativos, quando avaliamos a conjuntura de formação da Sociedade Literária, pois foi um mestiço, oriundo das Minas Gerais, que a organizou e a fundou, além de ser este uma importante personagem formadora de intelectuais da época. Contudo, não podemos deixar de pontuar que Silva Alvarenga se tornou um “letrado”, nas perspectivas do período, quando fora estudar na metrópole, na Universidade de Coimbra. Terá sido este o motivo que colaborou para o desenvolvimento de seu labor e de seu perfil docente?

Para além disso, como questionamos há pouco, já era esperado que os portugueses, pelo menos os que aqui estavam, tivessem inseridos no universo cultural da escrita? Para tecer possíveis considerações sobre essa questão, é preciso avaliarmos a origem de tais estrangeiros, mais especificamente os portugueses, pois, talvez, certos locais pudessem apresentar uma realidade de intensa difusão da escrita, contribuindo para que pudessem ter tido acesso às primeiras letras antes mesmo de aqui aportarem.

1.1.7.1 Repartição por origem: homens estrangeiros

Sobre a naturalidade dos indivíduos que compõem os dados aqui analisados, temos a seguinte realidade:

Tabela 6: Repartição por origem: Homens estrangeiros

EXTERIOR	
Comarca de Barcelos	2 (4.09%)
Bombarral	1 (2.04%)
Porto	15 (30.61%)
Angra, Ilha Terceira	1 (2.04%)
Ilha da Madeira	1 (2.04%)
Bispado de Coimbra	1 (2.04%)
Lisboa	5 (10.2%)
Braga	7 (14.29%)
Viana do Minho	2 (4.09%)
Penefiel	1 (2.04%)
Basto	1 (2.04%)
Ilha de São Miguel	1 (2.04%)
Óbidos	1 (2.04%)
Porto de Mós	1 (2.04%)
Rona, Termo de Torres Vedras	1 (2.04%)
Leão de França	1 (2.04%)
Angers, Reino de França	1 (2.04%)
Comarca de Viana	1 (2.04%)
Serpa	1 (2.04%)
Chaves	1 (2.04%)
Vila Real	1 (2.04%)
Guimarães	1 (2.04%)
Vila de Macau	1 (2.04%)
TOTAL	49 (100%)

Entre os homens estrangeiros que tiveram sua origem demarcada, notamos que a grande maioria é natural do Reino de Portugal, tanto da metrópole em si, quanto de localidades que estavam sob seu domínio. Como é possível observar, excetuando-se os dois homens franceses que aparecem nos *autos* do processo em análise, todos os outros quarenta e sete indivíduos nasceram em localidades portuguesas, e são majoritariamente originários da metrópole.

É possível identificar um indivíduo da Ilha Terceira, um da Ilha de São Miguel, um da Ilha da Madeira e um da Vila de Macau, todas regiões que, mais próximas ou mais distantes, são domínios que estão fora das seculares fronteiras

geográficas do reino português na Europa. Há, porém, quarenta e três homens que representam, entre os estrangeiros, um percentual de aproximadamente 87.75% de indivíduos oriundos da metrópole. A quais regiões pertencem essas localidades? Vejamos.

De antemão, precisamos pontuar que a distribuição das origens, demonstrada há pouco, foi composta com base nas informações transcritas pelos notários. Dessa forma, no quadro anterior, vimos as localidades da forma que apareceram nos *autos* processuais da *Revolta dos Letrados*. Contudo, muitas delas correspondem, na realidade, a localidades que constituem uma macrorregião, podendo ser analisadas de forma mais objetiva quando tratamos das procedências dos indivíduos aqui mensurados. Sendo assim, podemos agrupá-las da seguinte maneira:

Tabela 7: Localidades portuguesas - metrópole

Beja	1 (2.3%)
Braga	11 (25.6%)
Coimbra	1 (2.3%)
Leiria	3 (7%)
Lisboa	6 (14%)
Porto	16 (37.2%)
Viana do Minho (Viana do Castelo)	3 (7%)
Vila Real	2 (4.6%)
Total de portugueses oriundos da metrópole	43 (100%)

Com base nos dados apresentados, é possível dizer que a maioria dos homens que compõem nossa amostra é oriunda da região norte de Portugal (como ser visto no mapa a seguir), pois, somando os números de Braga, Leiria, Porto, Viana do Minho e Vila Real, temos o percentual de 81.4% de indivíduos. Há somente seis indivíduos oriundos de Lisboa, um de Coimbra e um homem oriundo da região centro-sul, que é natural de Beja.

Figura 1: Mapa das regiões administrativas portuguesas



O que esse dado pode significar?

Sabemos que, durante a colonização do país, um dos contingentes europeus que mais se fez presente por aqui era oriundo justamente da região norte de Portugal. Com o olhar atraído pelo brilho do ouro, muitos atravessaram o Atlântico em busca de novas oportunidades laborais, pois, sendo uma das regiões mais pobres do Reino português, esses indivíduos viam o Brasil como um lugar onde poderiam angariar melhores condições de sobrevivência. Sendo assim, com o incentivo inicial da Coroa, milhares de nortenhos vieram para cá, principalmente para as Minas Gerais e para o Rio de Janeiro, colaborando para o surto de urbanização que se desenrolou na Colônia, devido à lógica do extrativismo mineral, a qual contribuiu fortemente para a aglomeração de indivíduos em vilas e cidades. Essa situação era diferente da realidade que ocorreu durante os dois primeiros séculos de colonização, cuja economia era essencialmente ruralista.

Mas, apesar de ser uma região pobre, a escrita estava difundida plenamente naquele contexto, colaborando para que os portugueses nortenhos que aqui chegaram soubessem ler e escrever? Pelo que sabemos, segundo Rita Marquilhas (2000), as taxas portuguesas de alfabetização para fins do século XVII

apontam que aproximadamente 73.4% dos homens e 9.5% das mulheres conheciam a escrita, mesmo que infimamente. Como já mencionamos, com base no método do cômputo de assinaturas, a partir de fontes inquisitoriais, a referida pesquisadora encontrou altos números de assinantes em Portugal, tanto em Coimbra, quanto em Évora e Lisboa. Contudo, como estariam esses números para a região norte? Para mais, o que dizem os dados para fins do século XVIII?

Tais questionamentos, até então, ainda estão em aberto nesta investigação, porém, consideramos que o fato de todos terem assinado seus testemunhos no processo da *Revolta dos Letrados*, quando falamos especificamente dos portugueses, pode ser um indicador de que, no Brasil, ter origem portuguesa favorece estar imerso no universo cultural da escrita. Contudo, não podemos afirmar que os dados aqui apresentados refletem uma realidade macroscópica do período colonial e que corroboram substancialmente com as taxas de alfabetização de Portugal daquele período, principalmente, em se tratando de nossos dados, da região norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Revolta dos Letrados* não compôs uma sedição nos moldes de um levante arquitetado, como observamos para os outros casos analisados por Moreno (2019). Na realidade, no seio de uma Sociedade Literária, na qual muitas obras eram lidas e discutidas, e muitos escritos eram produzidos, diversos temas proibidos circularam entre os associados, principalmente quando tratavam das ideias iluministas que insistiam em circular. No seio dessa instituição, as personagens principais para a composição da forjada insurreição seriam justamente a leitura e a escrita, pois, por causa delas, foram feitas as denúncias sobre um possível movimento sedicioso que estava a se formar. Como as feridas da *Inconfidência Mineira* ainda estavam abertas, pois a condenação de seus envolvidos tinha sido recentemente concretizada, culminando, inclusive, no

esquartejamento de um dos seus representantes, em 1792, as organizações que debatiam assuntos proibidos eram fortemente combatidas, não sendo diferente com a que foi fundada por Manuel Avarenga.

Na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, além de notarmos uma intensa atividade de leitura e discussão de obras diversas, realizadas em sessões plenárias, como indica seu estatuto, também observamos uma grande produção de escritos, os quais, inclusive, passavam pelo crivo de revisores quando algum associado não escrevesse nos moldes normativos do português de então. Dessa forma, é visível que essa instituição contribuiu fortemente para a circulação da escrita entre os homens que eram associados a ela, colaborando, também, com a formação intelectual de muitos que ali estavam.

Porém, para se associar, o candidato precisaria conhecer a escrita para que pudesse acompanhar o andamento dos trabalhos desenvolvidos na Sociedade. Assim sendo, muitos indivíduos, vendo nesta instituição uma escada para ascender socialmente, poderiam ter buscado formas para se alfabetizar, com o objetivo de tentar ser aceitos como sócios, entrando para o rol dos chamados intelectuais da época. Uma possível evidência dessa questão seria a diversificação dos perfis sociológicos encontrados para os sujeitos que foram envolvidos no processo investigativo dessa forjada sedição, pois, como vimos, apesar de termos um grande quantitativo de portugueses, muitos dos indivíduos que compunham os dados dos *autos da Revolta dos Letrados* eram oriundos de camadas sociais mais baixas. Além disso, é possível dizer ainda que o perfil de letrado não necessariamente tinha relação direta com o perfil dos homens pertencentes à elite econômica da época.

REFERÊNCIAS

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, janeiro/junho, 2003. p. 94-124.

-
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*. 1 ed., 11 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 113-161.
- FRAENKEL, Béatrice. A assinatura contra a corrupção do escrito. In: BOTTÉRO, Jeán; MORRISON, Ken et al. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo, Ática, 1995.
- LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do século XIX. In: CASTILHO, Ataliba T. de; MORAIS, Maria Aparecida Torres; LOPES, Ruth E. Vasconcellos & CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo/Campinas: FAPESP/Pontes, 2007. p. 437-460.
- LUCAS, Fábio et al. *Autos da devassa: prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MORENO, André Luiz Alves. *Escrita (in)surgente: distribuição social da escrita nos movimentos sediciosos do Brasil de finais do período colonial*. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia, 2019.
- PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999.
- PETRUCCI, Armando. *La ciência de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- TUNA, Gustavo Henrique. *Silva Alvarenga: representante das luzes na América portuguesa*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

O AUTOR E O PPGLinC

André Moreno

É Mestre e Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. É Licenciado e Bacharel em Letras Vernáculas pela mesma Instituição. Possui Pós-Doutorado em Variação e Mudança Linguística no Português pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. Vincula-se ao Projeto Memória em Papel (CNPQ/UFBA), coordenado pelas Professoras Doutoras Alícia Duhá Lose e Lívia Borges Magalhães, atuando em investigações de cunho filológico, paleográfico e arquivístico no âmbito do Brasil. Dedicase, também, à reconstituição da história social da escrita na região da Chapada Diamantina,

coordenando o Projeto "Escritas Diamantinas: Programa de Estudos em História, Sociedade e Cultura Escrita na região da Chapada Diamantina-BA", desenvolvido no âmbito da Universidade do Estado da Bahia, onde é atualmente Professor. Atua nas áreas de Filologia, História da Cultura Escrita e Linguística Histórica.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 04 de outubro de 2020.

Aprovado em sistema duplo cego em: 16 de dezembro de 2020.